



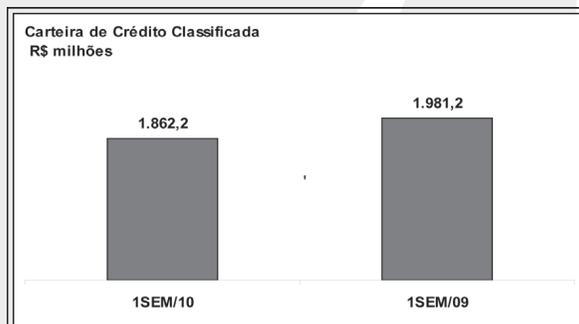
Ministério
da Fazenda

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

Operações de Crédito

A Carteira de Operações de Créditos Classificada apresentou queda de 6,0% em relação ao igual período de 2009, passando de R\$1.981,2 milhões para R\$1.862,2 milhões. Desse montante, as operações vencidas representam 12,3% de participação no total da carteira (17,1% no mesmo período de 2009). Importante destacar que nessa carteira não estão incluídas as operações de crédito realizadas com recursos do FNO.

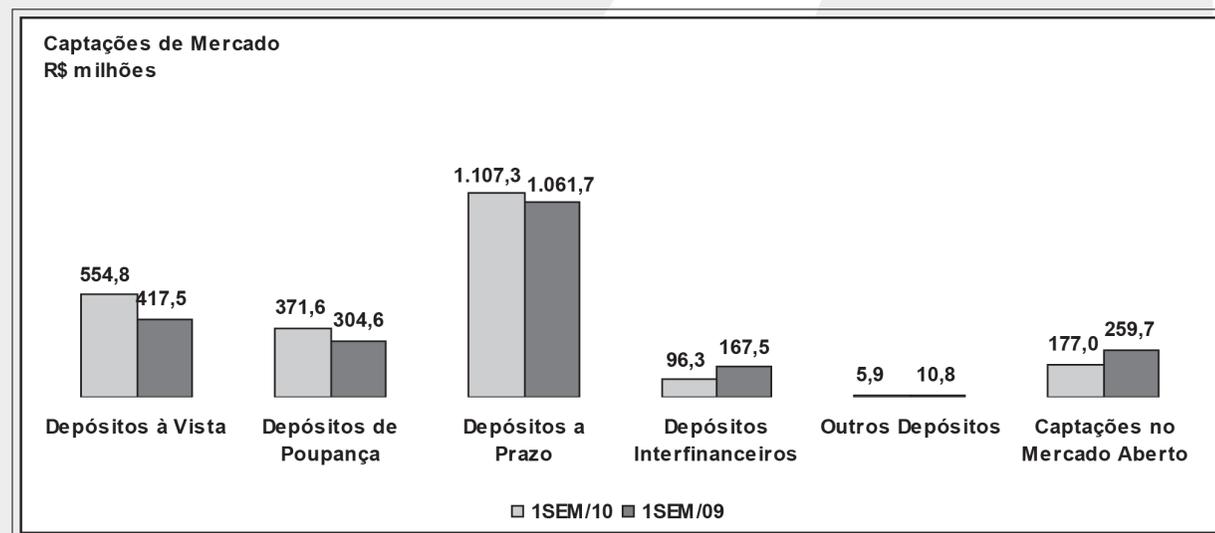
O montante de provisões para créditos de liquidação duvidosa apresentou redução de 12,0%, passando de R\$176,1 milhões no primeiro semestre de 2009 para R\$155,0 milhões no final do semestre de 2010.



Passivos

Captações de Mercado

No primeiro semestre de 2010, as captações de mercado atingiram R\$2.312,9 milhões, superior em 4,1% ao 1º semestre de 2009 (R\$2.221,8 milhões). Desse total, 24,0% correspondem aos depósitos à vista, 47,9% aos depósitos a prazo e 16,1% aos depósitos de poupança. As operações compromissadas (lastreadas em Letras Financeiras do Tesouro) totalizaram R\$177,0 milhões, tendo havido redução de 31,9% quando comparado a igual período de 2009 (R\$259,7 milhões).



Patrimônio Líquido

O semestre encerrou com um Patrimônio Líquido de R\$1.936,2 milhões, apresentando rentabilidade de 4,9%. O Índice da Basileia (K) atingiu 21,7%, superior ao limite de 11,0%, o que permite uma alavancagem de R\$8,5 milhões.

Área internacional

No final do semestre, o Banco da Amazônia assinou um protocolo de acordo com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) para subsidiar um estudo sobre gestão sustentável da floresta amazônica, que está sendo elaborado por essa entidade. O protocolo alia o interesse do Banco com o objetivo da AFD, uma vez que ambos buscam promover o desenvolvimento econômico sustentável, um para a Amazônia e outro para os países beneficiários. No caso específico do Brasil, há o interesse pelo ordenamento e gestão sustentável das cidades, eficiência energética, energias renováveis e pela proteção dos meios naturais. Na Amazônia, a partir da parceria com o Banco, o protocolo vai permitir uma melhor eficácia dos financiamentos e das estruturas financeiras.

Alem disso, foi assinado Termo de Cooperação entre o Banco da Amazônia e o Ministério das Relações Exteriores (MRE), através do qual o Banco torna-se um Ponto Focal do Sistema de Promoção de Investimentos e Transferência de Tecnologia para Empresas (SIPRI) do MRE. O SIPRI tem como objetivo estimular a captação de investimentos estrangeiros diretos, preferencialmente associados à transferência de tecnologia para o País e a atividades que possam gerar exportações, por meio da cooperação empresarial, através de seus setores de pro-

moção comercial no exterior e de pontos focais no Brasil.

O Banco da Amazônia também participou, através do Superintendente do Amazonas/Roraima, do Projeto ONU/UNIDO (Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial) - "Estabelecimento de mecanismo para promover o investimento Sul-Sul e a associação entre China e América Latina" - que é voltado, inclusive, ao polo industrial-tecnológico de Manaus e ao estado do Amazonas como um todo.

Em apoio à iniciativa da Agência de Promoção de Exportação (APEX) e Banco Mundial no projeto de Atração de Investimentos Estrangeiros Diretos, desenvolvido no estado do Pará, o Banco da Amazônia vem desenvolver ações conjuntas visando estruturar e operacionalizar um padrão de atendimento a investidores estrangeiros, de modo a atraí-los para o estado e reter seus investimentos produtivos e sustentáveis.

Gestão de riscos

A gestão de riscos do Banco da Amazônia tem como objetivo permeiar os riscos existentes em todas as atividades da empresa, de modo a maximizar as oportunidades e minimizar os efeitos negativos, contribuindo para que as causas geradoras de danos sejam eliminadas e os efeitos mitigados de modo a não prejudicar ou fragilizar o regular andamento dos processos.

Risco de Liquidez

A gestão do Risco de Liquidez no Banco da Amazônia é regida pela

Política de Risco de Liquidez, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, a qual estabelece os limites para os Índices de Disponibilidade, sendo o monitoramento e avaliação do fluxo de caixa (afecção dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos) da Instituição realizados pela Gerência de Riscos.

O significativo volume de títulos públicos de alta liquidez em carteira permitiu ao Banco da Amazônia manter uma posição confortável em relação ao seu saldo de caixa, com manutenção de um lastro de liquidez, que minimizou o impacto da inadimplência das operações de crédito nesse período. Os eventuais descasamentos de fluxo de caixa foram decorrentes, principalmente, da alocação conservadora das disponibilidades do FNO nos vértices com previsão de desembolso no prazo de até 60 dias.

Nesse cenário, a análise do fluxo projetado demonstra que a Instituição não apresentará problema de liquidez, uma vez que o volume de recursos disponível minimiza o impacto da inadimplência atual, a qual, a partir do fortalecimento dos processos de concessão, acompanhamento e recuperação de crédito, permite a expectativa de redução ao longo do segundo semestre de 2010.

Gestão do Risco de Crédito

A gestão de risco de crédito no Banco da Amazônia visa o estabelecimento de políticas, estratégias, rotinas, sistemas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação da exposição ao risco de crédito, à prevenção e redução da inadimplência e manutenção da boa qualidade do crédito em todas as operações em que o Banco atua como uma das contrapartes.

Ela busca a aplicação dos seus recursos próprios e dos recursos que administra em nome de terceiros de maneira eficiente e eficaz, sejam eles de natureza orçamentária ou não. Isso permite a ampliação do volume de operações de crédito do Banco, dentro de uma expectativa elevada de retorno dos créditos concedidos, assegurando ou atuando de forma coadjuvante para que haja: melhoria da qualidade de crédito da Instituição; otimização das aplicações de recursos, com definição de melhores spreads e qualidade das garantias; minimização do nível de exposição do capital do Banco, e crescimento da margem de segurança de retorno do crédito concedido; aumento da capacidade operacional da Instituição; maior transparência do processo creditício; aumento da agilidade no processo de análise e decisão creditícia.

As diretrizes de gestão desse tipo de risco estão inseridas no modelo interno de avaliação de risco de crédito. O objetivo é de identificar, mensurar e ponderar a exposição do Banco em suas operações de crédito, permitindo o estabelecimento de *rating* para o tomador e respectivas operações creditícias.

Atualmente, a classificação dos créditos do Banco é feita em diferentes níveis de risco (*rating*), levando-se em conta as características e o perfil do tomador de crédito e da operação, de sorte que o risco mínimo tem nível "AA" e o risco máximo, o nível "H".

A Instituição adotou a política de somente realizar operações de crédito com pleiteantes, pessoa física ou jurídica, cujo nível de risco esteja situado entre os *ratings* AA e C, inclusive, dentre os níveis de risco de crédito previstos pela Resolução CMN n.º 2.682/99. A classificação da operação no nível de risco correspondente é de responsabilidade desta Instituição e efetuada com base em critérios consistentes e verificáveis, amparada por informações internas e externas, contemplando, além dos critérios já implementados no modelo interno de avaliação, fatores como: I) em relação ao devedor e seus garantidores: situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica e limite de crédito; II) em relação à operação: natureza e finalidade do crédito, valor.

Coerente com a política institucional de gestão do risco de crédito e à vista das diretrizes de Basileia II e da Resolução nº 3.721/09, o Banco da Amazônia vem adotando as seguintes ações para qualificar a concessão do crédito, alinhar-se às melhores práticas do mercado bancário e voltar-se com segurança e modernidade à gestão do risco de crédito:

1. Contratação da empresa para fornecimento de solução para gestão de risco de crédito para Instituição Financeira Bancária integrante do Sistema Financeiro Nacional do Brasil, focada nos mercados de Varejo e de Atacado. A aquisição inclui a implantação, instalação, parametrização, integração, personalização, prestação de suporte técnico, atualização de versão do Sistema; prestação de serviços de consultoria e treinamento e garantia de manutenção do Sistema.
2. Encerramento do processo de licitação para a contratação de empresa especializada em Modelagem e Remodelagem de Risco de Crédito. Esse processo de revisão compreenderá: I) revisão propriamente dita dos modelos de avaliação de risco de crédito (remodelagem) atualmente utilizados pelo Banco, considerados o novo modelo de negócios e a segmentação de clientes; II) elaboração de modelagens adicionais de avaliação de risco de crédito,